

*PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37, DE 2003

(Do Sr. Marcelo Guimarães Filho)

Altera a redação do § 2º do art. 81 da Resolução nº 17, de 1989 - Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

DESPACHO:

DEVIDO AO ARQUIVAMENTO DO PRC 145/1993 NOS TERMOS DO ART. 105 DO RICD, DESAPENSE-SE DO PRC 145/1993 O PRC 37/2003, O PRC 43/2003, O PRC 48/2003, O PRC 59/2003, O PRC 111/2003, O PRC 112/2003, O PRC 132/2004, O PRC 141/2004, O PRC 143/2004, O PRC 268/2005, O PRC 288/2006, O PRC 290/2006, O PRC 11/2007, O PRC 28/2007, O PRC 35/2007, O PRC 57/2007, O PRC 96/2007, O PRC 143/2008, O PRC 178/2009, O PRC 213/2009, O PRC 81/2011, O PRC 217/2013, O PRC 9/2015, O PRC 97/2015, O PRC 166/2016 E O PRC 333/2018, E, EM SEGUIDA, APENSE-OS AO PRC 31/2003.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput – RICD

(*) Atualizado em 1º/3/2023 em virtude de novo despacho.

'Art. 81	
----------	--

§ 2º A inscrição dos oradores será feita em cará intransferível, diariamente, das oito às de mediante registro eletrônico em postos instalado edifício principal e dos seus anexos, assegurada aos que não hajam falado nas cinco sessões ante

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na o publicação.

Sala da Sessões, em de

Deputado MARCELO GUIMARÃI

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados se destaca com instituições mais modernas do país, dotada de avançados sistemas ir com tecnologia de ponta que agilizam o cumprimento de sua institucionais.

O processo de votação, já é desenvolvido sofisticados equipamentos que registram, detalhadamente, a individual de cada parlamentar, partido, bancada, bloco ou coligação.

através de singela digitação de código específico a ser instituído per meio do qual seria automaticamente gerada lista única de inscrição, re a preferência para os que não falaram no quinquídio regimental, a se nas sessões que se sucederem, dispensando-se, em de obrigatoriedade de novas inscrições até que o parlamentar seja ater pretensão ou, a seu exclusivo juízo de oportunidade e conveniên daquela inscrição.

Por esta razão, conclamo os nobres pares a presente projeto, que decerto irá imprimir maior celeridade a desenvolvidos, proporcionando indiscutível comodidade ao parlamen lhe um ônus que desnecessariamente hoje lhe é atribuído nesta Casa

Sala das Sessões, em de

Deputado MARCELO GUIMAF

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 1989

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
TÍTULO III DAS SESSÕES DA CÂMARA
CAPÍTULO II DAS SESSÕES PÚBLICAS
Seção I Do Pequeno Expediente

- Art. 81. O tempo que se seguir à leitura da matéria do expediente será destinado aos Deputados inscritos para breves comunicações, podendo cada um falar por cinco minutos, não sendo permitidos apartes.
- § 1º Sempre que um Deputado tiver comunicação a fazer à Mesa, ou ao Plenário, deverá fazê-la oralmente, ou redigi-la para publicação no *Diário da Câmara dos Deputados*. A comunicação por escrito não pode ser feita com a juntada ou transcrição de documentos.
- § 2º A inscrição dos oradores será feita na Mesa, em caráter pessoal e intransferível, em livro próprio, das oito às treze horas e trinta minutos, diariamente, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas cinco sessões anteriores.
- § 3º O Deputado que, chamado a ocupar o microfone, não se apresentar, perderá a prerrogativa a que se refere o parágrafo anterior. § 4º As inscrições que não puderem ser atendidas em virtude do levantamento ou não realização da sessão transferir-se-ão para a sessão ordinária seguinte.

Seção II Da Ordem do Dia

Art. 82. Às onze ou às dezesseis horas, conforme o caso, passar-se-á a tratar da matéria destinada à Ordem do Dia, sendo previamente verificado o número de Deputados presentes no recinto do Plenário, através do sistema eletrônico, para o mesmo efeito do que prescreve o § 5º deste artigo.

*Caput com redação dada pela Resolução nº 1, de 1995.

FIM DO DOCUMENTO